

Jailson de Souza
Jorge Luiz Barbosa
Mário Pires Simão

A FAVELA REINVENTA A CIDADE



APOIO:



SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

As favelas nascem, crescem e recriam a cidade

A redemocratização amplia a presença física e imaginária das favelas no Rio de Janeiro

TEMAS CENTRAIS DAS FAVELAS CARIOCAS

Impressões e representações das favelas

Território de inventividades

As juventudes das favelas na conquista da cidade

Favela: território de afetos

A perversidade da “guerra às drogas”

Aprofundando a reflexão sobre a violência no Rio: relatos de um policial e de um comerciante varejista de drogas ilícitas

Caminhos para a reinvenção da segurança pública no Rio de Janeiro

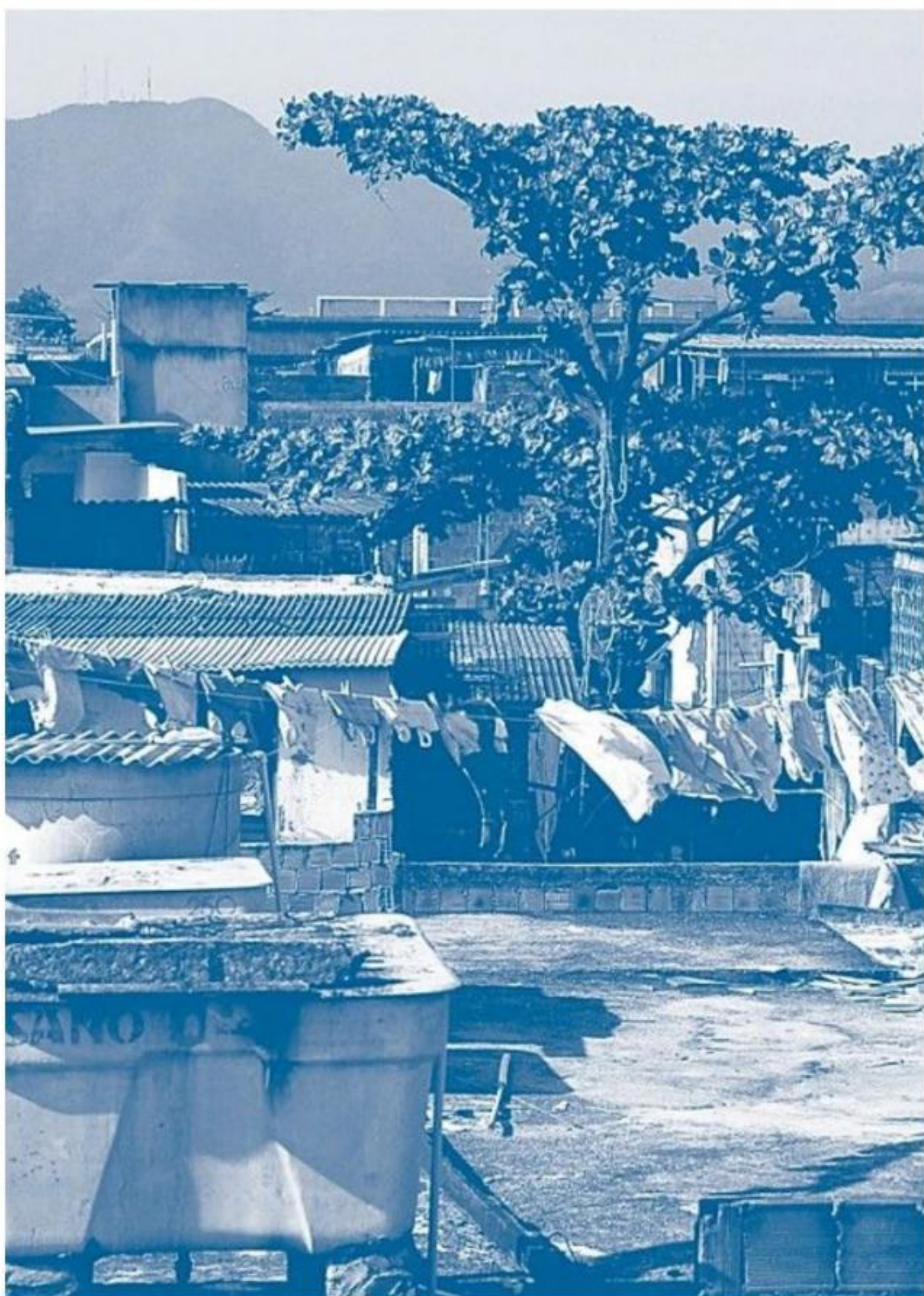
A favela na agenda de Direitos à Cidade

INVENTÁRIO DE PUBLICAÇÕES SOBRE FAVELAS

REFERÊNCIAS

SOBRE OS AUTORES

CRÉDITOS



PREFÁCIO

A favela venceu. A frase curta contém a relevância, a beleza, a complexidade deste livro. Algumas obras tornam-se importantes por apresentarem velhos temas sob novas perspectivas; outras nascem definitivas. “A favela reinventa a cidade” integra o segundo grupo. É leitura essencial para quem deseja (ou precisa) entender a gênese da solução habitacional forjada — e, teimosamente, aperfeiçoada ao longo de mais de século — por uma população submetida ora à desatenção, ora ao desprezo do Estado. É obrigatória por trazer ideias frescas para tirar o Rio de Janeiro do fosso em que se meteu, em consequência de políticas de segurança fracassadas e da histórica, nas palavras dos autores, distinção territorial de direitos, que privilegia moradores de uma área em detrimento de outras.

Década e meia atrás, Jailson de Souza e Silva e Jorge Luíz Barbosa brindaram o Rio com edição do livro seminal “Favela: alegria e dor da cidade”, a partir de um ponto de vista atípico sobre as favelas. Em vez de espaços condenados à carência singular, absoluta, sem meio termo, como a narrativa dominante tentou estabelecer, os aglomerados subnormais (na classificação do IBGE, órgão oficial de estatísticas do país) passaram a ser observados sob a ótica do que dispõem. Os morros carecem, sobretudo, de serviços básicos sonegados pelo poder público, mas são férteis em diversidade, redes de solidariedade, laços comunitários, pertencimento, empreendedorismo, tecnologia social, soluções de arquitetura, cultura (do samba ao funk, do jongo ao passinho), vida. Plural.

Nessa constatação reside o que os autores batizaram de paradigma de potência das comunidades populares, ora ressignificadas nas três sílabas de favelas, sinônimo de identidade. Esta nova obra, acrescida

de um terceiro autor, Mário Pires Simão, revisita a origem desses territórios, vistos como resposta dos moradores à violência de Estado. Não há expressão mais adequada para qualificar as políticas habitacionais que expulsam, e afastam, e isolam, e confinam, e abandonam, e estigmatizam. Começaram na reurbanização higienista do prefeito Pereira Passos, no liminar dos anos 1900; adentram o século XXI.

Favelas surgiram como materialização da resistência de quem precisava morar, trabalhar e, mais que tudo, existir. É evidente o compromisso com a existência, que difere da sobrevivência, dimensão do precário. Não são pontos de passagem, mas de permanência. Essa determinação pautou a consolidação, a expansão e a vitalidade dos territórios encarados como periféricos pelos grupos dominantes na hierarquia social, mesmo quando colados às áreas autodenominadas centrais.

Provocador é o trecho que reivindica para a favela o conceito de cidade, que não diz respeito somente à extensão territorial urbanizada e assistida pelo poder público. Cidade, para os autores, é também relações sociais, formas de contato, relações de cooperação e solidariedade. Por isso, sentenciam: há mais cidade na Maré, o conjunto de 17 favelas da Zona Norte carioca, do que no isolamento dos condomínios da Barra da Tijuca, nova fronteira da classe média alta carioca.

Favelas são o avesso da apatia e da resignação. Carregam inventividade e audácia — ou não chegariam a esse ponto da História mais visíveis e assentadas do que nunca. Já nos anos 1930, espalhavam-se da Babilônia, no bairro do Leme, Zona Sul, ao Morro do Alemão, na Zona Norte. Em 1948, o primeiro Censo de Favelas do (então) Distrito Federal contabilizou 105 comunidades, 34 mil domicílios, 138 mil moradores. Apesar dos planos oficiais de erradicação, em 1970 mais de meio milhão de pessoas viviam em 162 favelas. E olha que, de 1962 a 1973, o estado removeu 27 comunidades e 175 mil moradores, principalmente na Zona Sul, abrindo espaço para empreendimentos imobiliários de alta renda. Nos anos 1990, o total de habitantes beirava

um milhão. No Censo Demográfico de 2010, o IBGE contou 1,4 milhão, 23% da população carioca.

Os dois terços iniciais de “A favela reinventa a cidade” atravessam origem e afirmação das comunidades, com estatísticas, fotografias e mapas. Parte da ocupação dos morros, sem assistência oficial ou infraestrutura. Trata das políticas de remoção para conjuntos habitacionais em bairros distantes e, ao mesmo tempo, de como a favela se impôs na paisagem carioca. Apresenta as relações de pertencimento, convivência, produção artística e cultural. Assinala a heterogeneidade das comunidades, a começar pelo relevo, ora equilibradas em encostas, ora esparramadas por terrenos planos, ou mesmo combinando ambos. Festeja o vigor da juventude periférica, bem como denuncia as mortes e a falta de políticas para a faixa etária.

O livro apresenta as favelas como ambientes de permanente disputa entre moradores, poder público e classes abastadas — notas marcantes do racismo e do patrimonialismo que fundaram o Brasil. Não é por acaso que comunidades populares são habitadas predominantemente por pessoas pretas e pardas. A eclosão dos movimentos sociais e das associações comunitárias, sobretudo a partir da redemocratização, é vista como marco da luta por direitos. Os territórios entraram no radar das autoridades, o que rendeu acesso à infraestrutura básica. Reconhecidas, receberam água, energia elétrica, telefonia, asfalto, escolas, coleta de lixo; em menor escala, rede coletora de esgoto, serviços privados, direitos legais.

A polícia, por sua vez, é citada como a única instituição sistematicamente presente nas favelas, quase sempre associada a ações truculentas. O terço final do livro é inteiramente dedicado ao debate sobre segurança pública, exemplo mais evidente e duradouro da dor a que se refere o título da obra. Os autores explicam como favelas foram gradualmente dominadas pelo crime, pela brutalidade e pela violência homicida. Na origem, figuras autoritárias e membros de grupos de extermínio, embriões das milícias, assumiram papéis de ordenamento e mediação de conflitos que caberiam ao poder público.

Adiante, a espiral do tráfico de drogas ilícitas: varejistas avulsos,

que se organizaram em facções, armaram-se e repartiram-se em disputas por territórios. E as políticas de repressão, que intensificaram os confrontos também com a polícia, levando a mortes em escala de traficantes, agentes da lei e moradores. Essa é a realidade que assombra até hoje, com o estado tendo o abate como política de segurança do governador Wilson Witzel, eleito em 2018. Foram poucas tréguas, a principal delas, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), foi esperança em 2008 e frustração a partir de 2013.

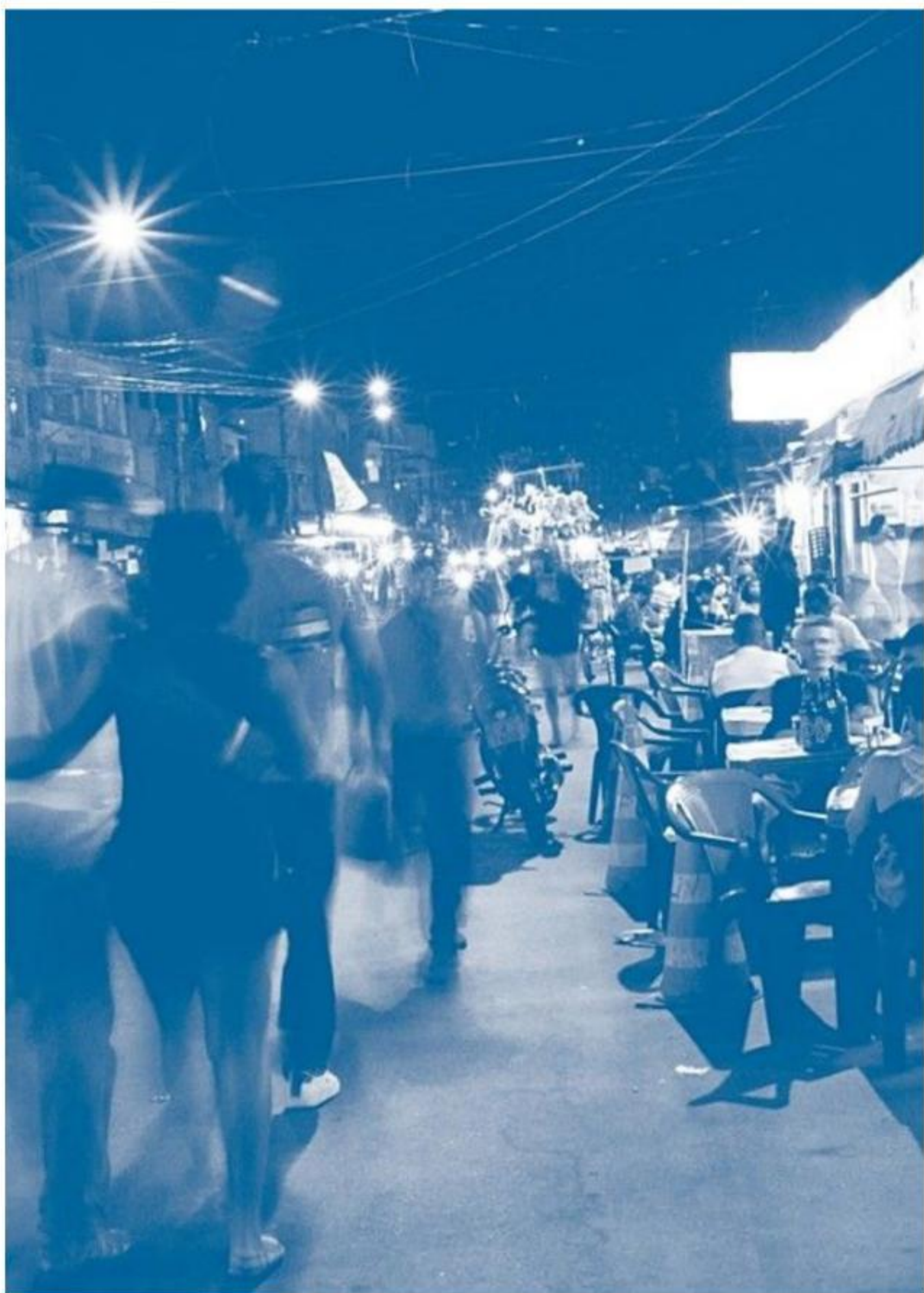
A visão crítica às posturas de enfrentamentos bélicos encerra o livro. As quatro décadas de guerra às drogas resultaram em epidemia homicida, extermínio de jovens negros, encarceramento em massa, banalização dos confrontos armados, comunidades sitiadas e degradação das instituições policiais. Num par de relatos em primeira pessoa, um policial militar e um chefe do tráfico expõem as entranhas das engrenagens do sistema. O coronel Robson Rodrigues, antropólogo, foi chefe do Estado Maior da PM e comandante das UPPs: “Sabemos que a pacificação não só deve ser feita pela polícia, mas você tem que ter uma boa polícia, moderna, para ela poder sustentar suas ações de uma forma mais leve, ágil e eficaz”.

Dimas, o bom ladrão na crucificação de Jesus Cristo, é o nome fictício do segundo entrevistado, definido pelos autores como “um intelectual orgânico do comércio de drogas ilícitas”. É depoimento que impressiona, pela crueza da narrativa sobre o menino faminto que se tornou assaltante, completou o ensino médio, sobreviveu 17 anos no cárcere e chegou ao comando de uma facção criminosa. As páginas de Dimas são as mais impressionantes do livro. Há descrições, encadeamentos de ideias e diagnósticos instigantes para formuladores de políticas públicas e interessados na complexidade do debate sobre segurança. Não se restringe a armas, tiros e prisões; engloba combate às desigualdades e inclusão social.

Ao fim, resta a tristeza aguda por nos sabermos parte de uma sociedade que, tendo a possibilidade de livrar os filhos da miséria, da exclusão, da brutalidade, do crime, da morte, de parte deles abre mão. Há muito por aprender em “A favela reinventa a cidade”. Bom

proveito.

Flávia Oliveira
JORNALISTA



APRESENTAÇÃO

O livro “Favela: alegria e dor na cidade”, lançado em agosto de 2005 com uma tiragem de três mil exemplares, em co-edição da X-Brasil e editora Senac se esgotou em poucos meses e atualmente é bem difícil encontra-lo, mesmo em sebos. A Fundação Ford financiou a coleção da qual o livro fez parte, e Marta Porto foi a grande responsável por sua viabilização. A razão do sucesso do livro é fruto, acreditamos, tanto do seu conteúdo como da sua forma.

Buscamos construir uma narrativa que, iniciada no final do século XIX, registrasse o processo de criação de favelas e, de forma concomitante, o crescimento dos estigmas, preconceitos e violências diversas das políticas segregacionistas estabelecidas pelos poderes estatais, com apoio dos meios de comunicação e dos setores dominantes da cidade do Rio de Janeiro. Acima de tudo, buscamos registrar como a favela é uma expressão da luta de milhões de pessoas pelo direito de viver com dignidade. É importante frisar que nessa luta ela saiu vencedora, apesar de todos os desafios que ainda enfrenta e, sobretudo, diante daqueles que buscavam sua extinção.

No campo da forma, a inovação estava em apresentar a trajetória das favelas através de textos em formato acadêmico, mas também com mapas, charges, letras de música, entrevistas, fotografias, poemas e um inventário inédito sobre obras dedicadas às favelas. Enfim, utilizamos expressões plurais de linguagem para narrar a luta de seus moradores para exercer o seu direito à cidade de modo pleno. E assim foi possível apreender a epopeia desse direito em várias de suas formas sensíveis, não apenas pela via da razão.

Agora, 15 anos depois, publicamos “A favela reinventa a cidade”, incluindo a valiosa participação de Mário Pires Simão — que já havia

colaborado como pesquisador no trabalho anterior — como autor, além dos pesquisadores Lino Teixeira, Flávia Gomes da Conceição e Thainã Silva e dos artistas Bira Carvalho e Francisco Valdean.

Como muitas das questões do primeiro livro precisaram de atualização ou de um tratamento diferente, entendemos que ele não é uma nova edição, mas uma segunda obra, especialmente porque buscamos identificar novas formas de lutas, resistências, existências e agendas encaminhadas pelos sujeitos, organizações das favelas e aliados diante dos projetos hegemônicos do Estado e do mercado, que ganharam força nesses 15 anos que separam o primeiro livro deste de agora. Além disso, alguns temas das favelas e periferias ganharam novas dimensões durante a última década, tais como as manifestações culturais, as práticas das juventudes, as inventividades socioeconômicas e a questão da segurança pública em novos registros do cotidiano das favelas.

Por fim, estamos diante de um novo Rio de Janeiro, que passou por um período de grandes eventos — Jogos Mundiais Militares, Jornada da Juventude Católica, Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos —, pela criação, desenvolvimento e decadência de uma nova estratégia no campo da segurança pública nas favelas — as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) —, pela falência do governo estadual, provocada por uma quadrilha de políticos comandada pelo PMDB de Sérgio Cabral e, recentemente, pela eleição de um governador ultraconservador, que radicaliza o discurso de guerra às facções criminosas do tráfico de drogas no âmbito da segurança pública, desqualifica as favelas e seus moradores e os torna ainda mais suscetíveis a ataques por parte das forças de segurança.

Não podemos saber ainda quais serão as consequências dessas propostas, mas, pelas experiências passadas, sabemos que os moradores, moradoras e instituições das favelas e outras periferias terão que construir formas de defesa em relação a esses discursos beligerantes e práticas que ignoram a riqueza criativa e potente desses territórios. Cabe salientar que o atual governador foi eleito no mesmo pleito que elegeu um presidente identificado com as posições de

extrema-direita no campo político, radicalmente adversário das forças democráticas e suas instituições.

Logo, a nova conjuntura exige novas análises e interpretações para criar proposições com novos horizontes. Por isso, apesar de mantermos a mesma pluralidade em termos de linguagens do “Favela: alegria e dor na cidade”, este é um livro bem distinto do anterior. Ele reflete o amadurecimento da sociedade civil carioca e nossas compreensões recentes sobre as agendas necessárias para que o Rio de Janeiro e o Brasil avancem em termos da radicalização da democracia e das práticas republicanas. Um novo livro, ainda que dominado pelo mesmo desejo de contribuir para uma cidade com mais direitos para todos.

* * *

Na introdução, apresentamos uma proposição de cidade que vimos amadurecendo desde o final dos anos 1990. Naquele período, lançamos a ideia de que os territórios periféricos deveriam ser apropriados e conceituados a partir de uma nova perspectiva, que denominamos posteriormente de “paradigma da potência”. Nele, as dimensões de invenção, criação, formas coletivas de resolver problemas e uma relação singular com o espaço público são valorizadas e não apenas os desafios e demandas que se apresentam nos territórios onde residem as populações urbanas subalternizadas. Desse modo, apresentamos uma nova definição de cidade, que irá nortear todo o processo de construção do livro e suas proposições fundamentais.

Já o primeiro capítulo apresenta uma narrativa sobre o processo de construção das favelas no Rio de Janeiro, suas representações, as políticas governamentais para que elas fossem destruídas nas zonas mais ricas da cidade e, com mais profundidade e abrangência, as respostas dos moradores das favelas às violentas e limitadas (ou até

mesmo ausentes) políticas habitacionais para os grupos sociais populares. Ele é uma ampliação do texto publicado no volume anterior.

O segundo capítulo é dedicado à recente expansão das favelas e outras formas de moradias populares para uma parte da Zona Oeste — rumo a Santa Cruz, Bangu e Sepetiba —, enquanto o Estado e o mercado imobiliário priorizam a expansão das habitações da “classe média” para a Barra da Tijuca. Mais completo e global do que o texto do primeiro volume, o capítulo procura dar mais espaço às práticas e estratégias de resistência construídas pelas populações das favelas para enfrentar as políticas de remoção e segregação das forças dominantes na cidade.

De fato, a favela venceu essas políticas, mas, ao contrário do que tradicionalmente se pensa, a versão hegemônica desse processo histórico ficou com os grupos dominantes da cidade. Assim, apesar de estabelecida e consolidada no Rio de Janeiro, sendo responsável, inclusive, pela sua singularidade no plano nacional e internacional, ao lado das paisagens naturais, ainda prevalece um juízo racista e estigmatizante em relação a estes territórios. De fato, temos poucos registros sobre as experiências de luta e articulação das lideranças faveladas para garantir o direito à cidade dos seus moradores e suas moradoras. De qualquer forma, valorizar os registros existentes é decisivo para que esse trabalho de recuperação se amplie e a narrativa das favelas deixe de ser feita apenas a partir das versões e práticas estabelecidas pelos agentes e agências do Estado.

Abrimos o terceiro capítulo com uma análise de representações usuais dos sujeitos das favelas e de suas práticas, de forma geral. Depois desse olhar, selecionamos três temas que consideramos muito relevantes para a construção de uma apreensão inovadora da inserção contemporânea das favelas na cidade. Tratamos, então, da expressão cultural, que torna os territórios populares referências centrais de reinvenção das artes no mundo urbano; dos jovens, sujeitos fundamentais para essa expressão artística/estética; e da segurança pública, tema de maior preocupação dos residentes das favelas e que

continua sendo tratado a partir de uma lógica de criminalização dos favelados e por um grau de violência inaudito e indigno, que agride os seus direitos fundamentais de forma cotidiana, tornando a vida na favela um exercício de sobrevivência, resistência e superação.

Nessa direção, no capítulo seguinte, apresentamos uma breve coletânea de imagens do fotógrafo Bira Carvalho, morador da Maré, formado na Escola de Fotógrafos Populares do Observatório de Favelas e atual coordenador da Agência Imagens do Povo. O propósito é demonstrar através dessas imagens os múltiplos afetos existentes dentro desses espaços em contraponto às representações de carência e violência comumente retratadas pela mídia.

Diante disso, outra leitura sobre o tema da segurança pública se faz necessária, assim como outras proposições. Para contribuir nessa linha, no quinto capítulo trazemos, no item dois, vigorosos relatos de vida: o primeiro, de um ex-coronel da Polícia Militar que teve importantes postos de comando na instituição; o segundo, a narrativa de um chefe histórico de uma das facções de comerciantes de drogas ilícitas do Rio de Janeiro. Valorizar essas histórias, as interpretações de ambos sobre o quadro de violência do Rio, e vislumbrar possíveis soluções para o fenômeno são os objetivos dessas entrevistas. Propomos ainda uma nova agenda para o Rio de Janeiro que busque enfrentar seus dramas atuais e criar mecanismos para que possamos avançar na democratização da cidade. São proposições que vimos desenvolvendo há tempos, especialmente no âmbito do Observatório de Favelas e, mais recentemente, na UNIPeriferias | Instituto Maria e João Aleixo, que sinalizam uma agenda que rompa com as formas usuais como se pensa a política e as relações socioeconômicas, além das representações dominantes sobre as favelas na cidade. Apresentamos uma descrição de como as políticas de segurança foram sendo construídas no Rio de Janeiro desde a década de 1980. A partir do reconhecimento dos acertos e fracassos, apresentamos algumas proposições que acreditamos possam contribuir para a construção, no processo de disputa com as proposições autoritárias e agressoras que norteiam o atual governo, de outros caminhos para a segurança

pública.

Como apêndice, mas não menos relevante, apresentamos o inventário de publicações de todas as obras — dissertações, teses, artigos e livros — disponíveis em órgãos públicos a respeito das favelas cariocas.

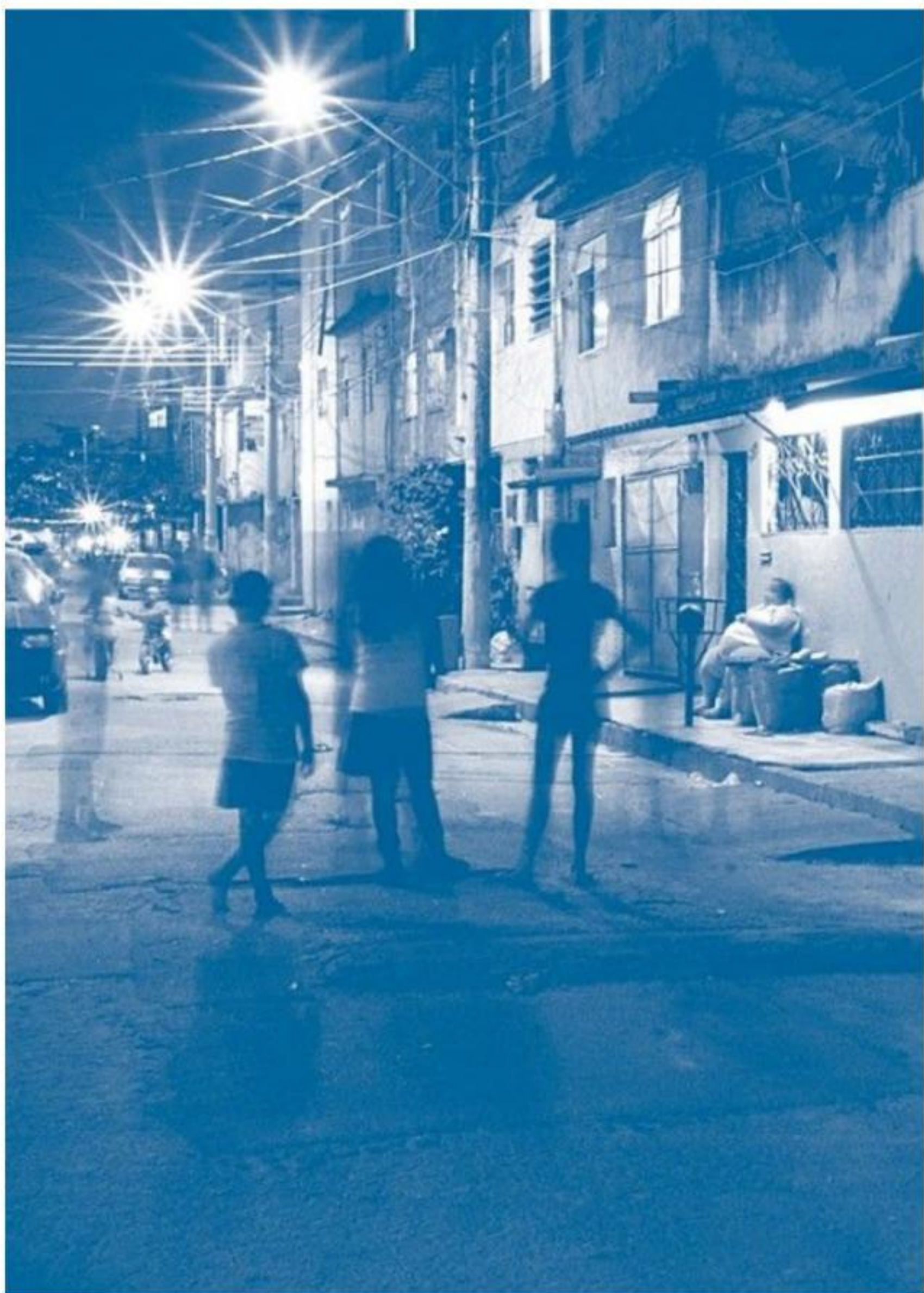
Este livro tem um imenso significado prático e simbólico para nós, construtores do Observatório de Favelas, fundado em 2001. Acima de tudo, sintetiza nossas crenças, nossos conceitos, nossas propostas e nosso esforço em construir uma cidade na qual o direito de todos a uma vida digna seja garantido. Que ele tenha sentido para cada leitora, cada leitor, como tem para nós, e que os alimente na caminhada.

Jailson de Souza e Silva

Jorge Luiz Barbosa

Mário Pires Simão

Agosto de 2020



INTRODUÇÃO

Se há uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos, mais do que uma produção de objetos.

[HENRY LEFEBVRE]

Onde há mais cidade, na Barra da Tijuca ou na Maré? Esta pergunta, para a imensa maioria da população carioca, parece óbvia; tanto que as pessoas, em geral, se surpreendem com ela. Afinal, para essa maioria, seria óbvio reconhecer o território de moradia de pessoas de classes média ou alta como sinônimo de cidade; assim como identificar uma favela como a Maré como a expressão da “não cidade”. Nossa argumentação preliminar sobre os elementos que definem uma cidade segue outra direção, a partir das expressões *Urbe* e *Polis*. Tradicionalmente, os termos *Urbe* — de origem latina — e *Polis* — de origem grega — estão associados à cidade de forma sinônima. Mas fazer sua distinção nos ajuda a construir uma nova maneira de olhar a cidade contemporânea e, por extensão, ressignificar o lugar das favelas e periferias.

A expressão *Urbe* nos remete mais imediatamente à materialidade da cidade; seus equipamentos, serviços, construções físicas. E é daí que deriva fortemente a adjetivação de sua extensão territorial: a urbanização. Em países como o Brasil, o Estado possui um papel decisivo no fazer a *Urbe*. Porém, como o Estado brasileiro atua historicamente para beneficiar as parcelas economicamente mais ricas da população, privilegiou e ainda privilegia a alocação de equipamentos e serviços públicos onde aquelas vivem: saneamento,

água, coleta de lixo, arborização, asfaltamento, energia, escolas, instituições culturais, segurança pública, enfim, os serviços que as pessoas demandam na vida urbana são prioritariamente oferecidos pelo Estado (e pelo mercado) em determinados territórios, tornando-os privilegiados em relação àqueles onde vivem as populações subalternizadas. Logo, é correto dizer que a Barra da Tijuca — e especialmente os mais antigos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro — é mais *Urbe* do que as favelas cariocas.

Todavia, a cidade não é apenas sua materialidade, sua *Urbe*. É também suas relações sociais, as formas de contato, o conteúdo dos encontros e ações comuns no espaço público, as relações de cooperação e solidariedade, enfim, as relações comunitárias. Essas relações encarnavam o *ethos* da cidade grega, embora abrangessem uma parcela mínima da população. Tudo isso se revela como *Polis*, que assume então a experiência de uma comunidade de sentido, de reconhecimento dos sujeitos como pertencentes a espaços de convivências plurais. Logo, levando em conta a *Polis*, onde há mais cidade, na favela ou nos bairros onde vivem os setores sociais classificados como classe média? Na Barra da Tijuca ou na Maré? Parece óbvio, para nós e aqueles que nela vivem ou já viveram, que seja nas favelas.

Os moradores e moradoras dos bairros mais ricos, em geral, vivem experiências individualizadas de cidade. Suas relações sociais são funcionais, definidas a partir das regulações dos órgãos do Estado e do mercado, sendo mediadas pelo consumo de objetos e sensações mediadas principalmente por seus recursos econômicos. Assim, as experiências afetivas desses grupos sociais são comumente restritas aos espaços domésticos, havendo uma relação formal e distante com o espaço público, o espaço da rua¹.

Essa redução da experiência de cidade na perspectiva apenas da *Urbe* faz com que muitas pessoas residentes nos bairros mais privilegiados economicamente tenham uma representação do mundo citadino como hostil e perigoso, no qual as pessoas se sentem inseguras e temerosas em relação ao *outro*, ao diferente,

especialmente aos empobrecidos. Não há sentimento de pertencimento, desejo de convivência na diversidade, de forma abrangente, mas uma vivência marcada pela particularização da experiência corpórea e afetiva. Integramos e definimos esse conjunto de representações e práticas sociais a partir do termo “Paradigma da hostilidade”.

No caso da favela e de outros territórios periféricos, ao contrário, as formas de sociabilidade, cooperação e vivência no lugar comum, nas áreas públicas, continuam se fazendo presentes. Seja em função de necessidade econômica, das formas arquitetônicas das moradias e estruturas viárias, das experiências comuns de luta pela garantia de seus territórios de morada e outros direitos básicos, o fato é que as favelas se constituem, acima de tudo, como *Polis*. Nelas se torna possível que as pessoas consigam maximizar seus poucos recursos materiais e seus repertórios, ampliando as possibilidades de experienciar a cidade, apesar da inação do Estado em respeitar seus direitos fundamentais e do mercado tratá-las como consumidoras de nível inferior. Assim, a dimensão política da vida permite que as pessoas e grupos populares lidem de forma inovadora, inventiva e participativa em relação às restrições de equipamentos, serviços e recursos econômicos em seus cotidianos. Não é casual, portanto, que grande parte das expressões culturais urbanas contemporâneas seja produzida e disseminada por coletivos e grupos oriundos das periferias, especialmente as favelas — música, arte visual, dança etc. Esse conjunto de práticas e relações é construído a partir do que definimos como “Pedagogia da Convivência”.

A premissa que orienta o conceito de cidade plena neste livro é de que ela demanda a integração entre *Urbe* e *Polis*, que ambos os aspectos se façam presentes de forma e conteúdo universal, em todos os seus territórios e para o conjunto de cidadãos e cidadãs. Para isso acontecer, cabe reconhecer as contribuições que as favelas e outras periferias das cidades podem oferecer, abrindo-se espaços para que essas vivências sejam reconhecidas. Isso demanda a construção de novas formas de mobilidade no mundo social: física, expressa no pleno

direito de ir e vir; econômica; cultural; e, sobretudo, simbólica — no caso, o direito de todas as pessoas se sentirem pertencentes à cidade, por ela se responsabilizarem e nela buscarem viver plenamente as singularidades e pluralidades que as definem.

Definido nosso conceito de cidade plena, gostaríamos de salientar que, para efeitos da construção analítica do livro, classificamos os territórios da cidade do Rio de Janeiro em dois distintos espaços de *morada*, grosso modo: *favelas e bairros*². Cabe ressaltar que alguns dos maiores conjuntos de favelas da cidade — no caso, Maré, Rocinha, Cidade de Deus, Alemão, Jacarezinho e Vila Kennedy — são considerados pela prefeitura, a maioria desde a década de 1990, como bairros. Esse tipo de denominação para esses espaços não representa a realidade percebida pela população carioca, em particular os seus próprios moradores³.

De qualquer forma, cabe destacar que, tanto como as favelas, os bairros não são espaços homogêneos, tendo níveis diferenciados de presença do poder regulador do Estado e desiguais indicadores sociais e econômicos, dentre outros. Logo, a presença do Estado nos bairros mais ricos da cidade, em particular o monopólio da regulação da ordem social e pública, é diferente em relação aos bairros da Zona Oeste tradicional⁴ e Jacarepaguá, por exemplo, especialmente devido ao peso de grupos criminosos de milicianos⁵ nessas últimas regiões. Essa realidade também afeta as favelas, que têm um cotidiano diferenciado de acordo com sua localização, indicadores socioeconômicos, acesso a serviços e equipamentos urbanos, presença e forma de atuação dos grupos criminosos, influência das organizações e coletivos da sociedade civil, sobretudo de jovens vinculados à arte e cultura, com maior ou menor grau de formalização.

Em anos recentes, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e o Instituto Pereira Passos (IPP) adotaram o termo *comunidades urbanizadas* para classificar favelas que receberam um conjunto determinado de equipamentos e serviços urbanos; inclusive, contraditoriamente, algumas localizadas naquelas regiões anteriormente identificadas pela prefeitura como bairros. O

neologismo não se sustenta, pois pressupõe que as favelas só existem quando dominadas pela precariedade; se recebem serviços e equipamentos urbanos, passariam a ser outra *coisa*, meio imprecisa, pois o termo *comunidade* é construído a partir do senso comum. É mais lógico e rigoroso, do ponto de vista conceitual, considerar que as favelas têm várias características — históricas, sociais, culturais, econômicas e demográficas — que as tornam singulares, nas suas múltiplas diferenças, em relação aos bairros.

Consideramos que as definições usuais sobre formas territoriais como as favelas e espaços assemelhados refletem pressupostos centrados no que temos denominado “paradigma da ausência”: um modo reducionista de apreender as formas e práticas vivenciadas pelos moradores das favelas e periferias, em geral.

Os embates entre esses dois paradigmas têm norteado as representações e iniciativas estabelecidas nos territórios periféricos. O paradigma da potência fortalece nossa perspectiva de que pensemos as favelas cariocas, no que concerne ao objeto desse livro, a partir das suas condições históricas de formação; das representações hegemônicas no conjunto da cidade, a respeito delas, assim como das representações contra-hegemônicas que os grupos sociais populares e seus aliados construíram; do grau de regulação da ordem social historicamente afirmada pelo Estado nesses territórios e das formas construídas pelos moradores e moradoras; e das suas condições subjetivas e objetivas de vida.

NOTAS

1 Roberto Damatta irá descrever esse tipo de relação com acuidade em seu principal livro, “A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil” (Rocco, 1997).

2 Consideramos que, por falta de rigor conceitual, o uso de termos como *comunidade* não contribui para a melhor identificação dos diferentes territórios urbanos, embora utilizado por muitos moradores das favelas cariocas em relação à sua própria localidade. Todavia, o fato de evitar usar o termo em artigos acadêmicos não nos impede de reconhecer que ele foi consagrado no cotidiano das favelas e dos órgãos estatais e que é

útil para designar as localidades específicas que constituem os conjuntos de favelas. Assim, continuamos a usá-lo como expressão corrente em textos de difusão para a população em geral.

3 Diante da pergunta no Censo Maré 2000, sobre como definia o seu lugar de moradia, mais de 80% dos moradores daquele território o classificaram como “favela”.

4 Usamos o termo para caracterizar os bairros da região que se desenvolveram a partir da construção da linha férrea Central do Brasil, tais como Deodoro, Realengo, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. A Zona Oeste 2 seria a constituída pela grande Barra da Tijuca.

5 Grupos criados por membros das forças de segurança, de forma clandestina e criminosa, que ocupam territórios específicos da cidade, em especial nas periferias e favelas, extorquem moradores e empreendedores econômicos locais.

As favelas nascem, crescem e recriam a cidade

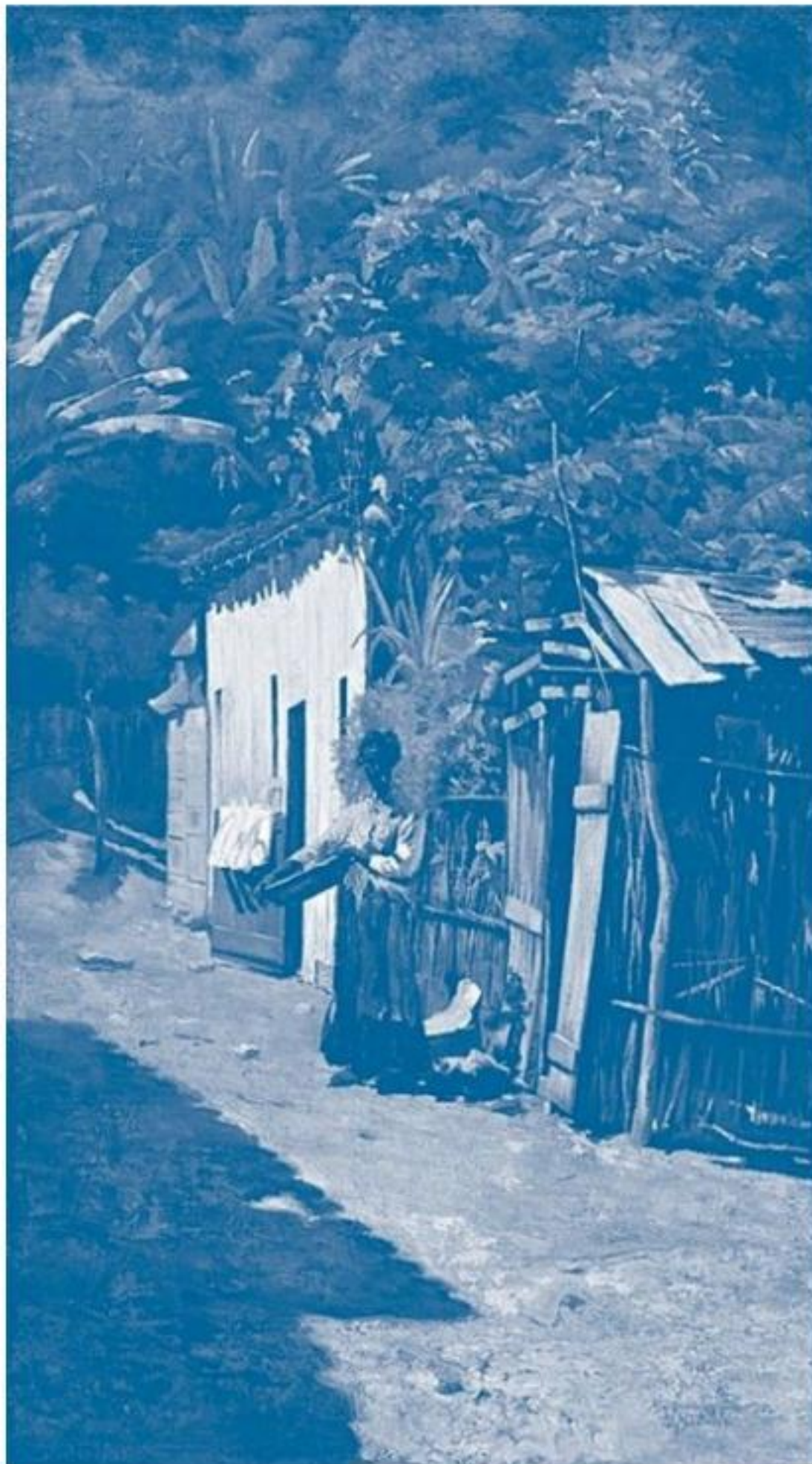
Como nascem e são visibilizadas as favelas cariocas

A cidade do Rio de Janeiro é notoriamente conhecida pela presença de favelas, apesar de todos os discursos e práticas de sua negação na paisagem carioca. Embora de origem controversa, a expressão *favela* teria surgido de um acampamento de soldados egressos da Campanha de Canudos, em busca dos soldos militares devidos pelo Exército, no Morro da Providência (localizado na área central da cidade e nas proximidades do prédio do Ministério do Exército). Favela teria sido também um nome popular tomado por empréstimo de uma espécie de vegetação arbustiva nordestina, ou mesmo de um dos últimos baluartes da resistência de sertanejos em Canudos⁶, tornando o referido morro conhecido como *Morro da Favella* em 1887.

As lendas urbanas se combinam para dar um sentido da presença das favelas no Rio de Janeiro como uma das expressões mais legítimas de lutas para habitar a cidade por homens e mulheres marcados por profundas desigualdades sociais. Embora seja controversa sua origem territorial na cidade, uma vez que, como nos informa Abreu (1994), jornais do final do século XIX já reportavam a presença de “barracos insalubres” na Quinta do Caju (bairro próximo à área portuária), na Arrelia (Andaraí, atual Zona Norte da cidade) e no Morro de Santo Antônio (centro da cidade).

Habitações de madeira e telhados de zinco situadas em morros não eram raras na paisagem carioca do final do século XIX. Porém, dispersas e pouco numerosas, não se destacavam na paisagem urbana

daquele período. Contudo, foi a partir do “Morro da Favella” que se começou a generalizar os estigmas que passaram a marcar as habitações populares como *irregulares* e *insalubres* e, mais dramaticamente, associar a expressão “favela” à imagem de “perigo” e de “desordem”. Em 1900, o *Jornal do Brasil* noticiava que o Morro da Favella era um local “infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias”. A Revista Careta, em 1909, na matéria “Rio desconhecido” acrescentava que “apesar de possuir elementos honestos, a favela é um antro de faccínoras e deve ser arrasada para a decência e higiene da capital federal”.



Uma das primeiras imagens do Morro da Favela.
Eliseu Visconti. Uma rua na favela. Óleo sobre tela, 1890.

No início do século XX, o Rio de Janeiro passava por uma grave crise habitacional e sanitária. A migração regional e estrangeira promoveu um rápido crescimento demográfico da cidade. Em apenas vinte anos, entre 1870 e 1890, a população aumentou cerca de 120%, passando de pouco mais de 235 mil para cerca de 520 mil habitantes. No mesmo período, o crescimento do número de domicílios alcançava 74%, quantidade insuficiente para as demandas de habitação, sobretudo

para os grupos populares concentrados nas freguesias centrais da cidade.

É evidente que o crescimento demográfico da cidade no final do século XIX responde apenas em parte pela escassez das habitações disponíveis para os homens e mulheres pobres. É certo que as migrações contribuíram decisivamente para ampliar o quadro de necessidades sociais de toda ordem. Todavia, os recém-chegados à cidade já encontravam limites para viver em condições materiais dignas, somando-se a outros grupos presentes, sobretudo os recém-saídos da condição de escravos.

Os cortiços, casas de cômodos, estalagens e zangús⁷ eram as alternativas possíveis para homens e mulheres sem possibilidades de pagar aluguéis exorbitantes e, evidentemente, das limitações impostas ao uso pleno da cidade devido à concentração da propriedade fundiária urbana nas mãos de comerciantes, das ordens religiosas católicas, dos “aristocratas” da corte e até mesmo de traficantes de escravos. Apesar de condições materiais precárias, sobretudo no tocante à conservação dos imóveis, morar em cortiços e casas de cômodos nas áreas centrais da cidade tinha uma vantagem fundamental para os trabalhadores mais pobres, uma vez que significava estar próximo das oportunidades de trabalho, mesmo que fossem ocasionais e instáveis⁸.

No início do século XX a cidade conheceria uma das suas mais significativas transformações com a Reforma Passos (1903-1906). Esta operou um conjunto de ações nas áreas centrais da cidade, sobretudo no tocante às moradas populares, ao demolir o casario que abrigava parte da população pobre da cidade. Dirigida pelo prefeito Pereira Passos em parceria com o governo federal — Rodrigues Alves era o presidente à época —, a reforma urbana impôs a erradicação da “cidade colonial e insalubre” para dar lugar a “valores cosmopolitas e a modos urbanos civilizados”. Tratava-se não exclusivamente de dotar a cidade do Rio de Janeiro, à época capital da República, de uma funcionalidade urbana adequada aos padrões de produção e circulação do capital industrial, comercial e bancário, mas também de uma

imagem que representasse a importância do Brasil no “concerto das nações modernas”. Embelezamento e saneamento eram as duas palavras de ordem da Reforma Passos. Na verdade, o “discurso civilizador” e o “urbanismo redentor” guardavam a missão de construir uma nova imagem de cidade e não a de resolver um dos problemas mais contundentes como as demandas sociais de habitação e trabalho digno:

Erigir um “habitat civilizado” para a cidade da República significava destruir formas de relações e de sobrevivência no espaço urbano, significava submeter a população pobre a uma nova ordem social hegemônica. E, para cumprir tais desígnios não seriam suficientes os decretos, a política e a polícia repressiva. Era preciso mudar o espaço. (...) A “plebe rude” deveria ser mudada de lugar. O espaço de sobrevivência, encontros, sofrimentos e identidades deveriam ser expropriados, e não só expropriado, mas transformado em outro, onde a desordem desse lugar à ordem, a sobrevivência desse lugar ao negócio, o antigo ao moderno (...) o primitivo ao civilizado. (Barbosa, 1999, p. 96)

Pesavam contra os cortiços, estalagens e casas de cômodo os estigmas da insalubridade e da promiscuidade. O ataque às habitações populares também estava relacionado ao tratamento de seus habitantes como perigosos e desordeiros. A composição social e étnica marcadamente negra e africana estava também sob o crivo das ações higiênicas e racialmente arbitrárias, pois não se estava apenas removendo “habitações precárias” que pretensamente transmitiam doenças, mas também os corpos indesejáveis na cidade que deveria ser europeia, branca e católica⁹. Com a derrubada do cortiço, muitos de seus moradores subiram para o Morro da Favella, inclusive afirma-se que foram eles os primeiros habitantes a ocupar terrenos e a pagar aluguéis em pequenos barracos construídos para este fim por comerciantes locais.

As demolições das habitações populares foram acompanhadas de um conjunto de proibições de usos da cidade que impediam homens e mulheres de garantir minimamente sua morada e seu sustento cotidiano, como a proibição do comércio ambulante, o controle de atividades como sapateiros, marceneiros e pedreiros, a demolição de

quiosques em ruas e praças da cidade, resultando em graves restrições à sobrevivência econômica da população mais pobre, notadamente a população negra. Assim, novas práticas de permanência na cidade precisavam ser inventadas por parte da população profundamente marcada pela desigualdade socioeconômica e pela discriminação racial.

A subida aos morros circunvizinhos tornou-se uma das poucas alternativas de famílias e grupos populares para permanecer nas freguesias centrais da cidade. Para além do Morro da Favella, o Morro de Santo Antônio é também ocupado e se torna tema de crônicas de jornalistas, como a de João do Rio, publicada na *Gazeta de Notícias*:

(...) eu tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentação veio de acompanhar a seresta. (...) O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. (...) Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro, casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais (...). (1908)

Apesar das leituras que enfatizam as carências das favelas como marcação de territórios assustadores e desolados, estas emergem decisivamente como expressão da luta legítima dos pobres para habitar a cidade. Porém, tal como cortiços e casas de cômodo, as favelas eram identificadas como habitações insalubres e passam a ser objeto de violentas campanhas da imprensa, como demonstra a charge publicada na revista *O Malho*, onde o Morro da Favella aparece como um homem de fisionomia rude e com olhar embotado, cujos cabelos são limpos por um pente manuseado por Oswaldo Cruz (médico sanitário e diretor geral de Saúde Pública em 1903, responsável pelas campanhas de vacinação contra a febre amarela e a varíola na capital).



Charge publicada na revista *O Malho*, número 247, de 8 de junho de 1907.

A rápida expansão das favelas chamava a atenção da imprensa, como expressa a matéria do *Correio da Manhã* da edição de 2 de julho de 1907: “para a grande leva de banidos da cidade só restavam as montanhas agasalhadoras”. Lima Barreto, um dos mais importantes romancistas e cronistas do Rio de Janeiro, chamava atenção dos seus leitores em *Clara dos Anjos* para as novas marcas na paisagem carioca: “Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e reuni-las por paredes duvidosas (...). Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas nos morros da cidade”.

As favelas vão sendo incorporadas ao imaginário da cidade por estereótipos, como o da “outra cidade”, e com os estigmas de “terra sem lei”, como o trecho abaixo, do jornalista Benjamim Costallat, no texto “A favela que eu vi”, de 1924:

Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das visitas da polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem

Reportagens e crônicas publicadas em jornais e revistas, assim como diversos relatórios de autoridades públicas e sanitárias, assumiam uma leitura extremamente negativa das favelas e exigiam sua erradicação. A imprensa fazia das favelas “um espelho invertido da civilização” (Zaluar, 1998) ao endossar e legitimar o projeto de cidade civilizada, ordenada e disciplinada tão desejada pelas classes e grupos hegemônicos da cidade.

O embelezamento e a funcionalidade implementados pela Reforma Passos, com a abertura de ruas e avenidas bordeadas por edifícios monumentais, dentre eles o Teatro Municipal e o Palácio Monroe, exprimia, de modo explícito, uma disputa de usos de áreas centrais da cidade, priorizando as intenções disciplinadoras do Estado e das demandas urbanas dos empreendimentos comerciais e bancários, em detrimento da presença da pluralidade de atores sociais populares na região.

Todavia, em 1907 já havia indícios de diversos barracões no morro da Babilônia, no Leme; em 1909, na favela do Salgueiro, na Tijuca; em 1910, na favela da Mangueira, no morro do Telégrafo; em 1912, no morro do Andaraí e de São Carlos (no Estácio); em 1915, no morro dos Cabritos, em Copacabana, e no morro do Pasmado, em Botafogo. Logo depois, as habitações populares passam a ocupar os morros do Catumbi e chegam também ao Leblon, Capinzal e Praia do Pinto. Chegam, inclusive, aos bairros dos “subúrbios” cariocas, com os casebres e barracos se fazendo presentes na região da Leopoldina, Jacarezinho e Morro do Alemão, na década de 1920. Na década de 1930, mais de 200 mil pessoas já habitavam as favelas do Rio de Janeiro. O termo favela generaliza-se, passando a designar todas as aglomerações de habitações toscas que surgiram na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público (Abreu, 1994, p. 38).



Morro do Pinto, 1912.

FOTO: AUGUSTO MALTA / ACERVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Na verdade, as habitações populares — denominadas como favelas — não derivaram somente de ocupações consideradas ilegais. Muitas favelas surgiram a partir da compra de lotes no mercado formal, do estímulo de agentes públicos para a ocupação de terrenos e até mesmo do consentimento de proprietários interessados em obter renda de aluguéis em suas propriedades. É bastante complexo o processo que associa a expansão da cidade à multiplicação de favelas em condições de desigualdade socioeconômica profunda. O surgimento das favelas como resposta popular ao direito à habitação é reduzido com essa construção ideológica da ilegalidade.

Assim como surgiam diversas favelas na cidade, muitas eram condenadas ao desaparecimento com a valorização imobiliária de determinados bairros, notadamente na Zona Sul carioca. Por exemplo, nos bairros do Leblon e da Gávea foram erradicadas pelo poder público, ainda nas primeiras décadas do século XX, as favelas do Largo da Memória, Capinzal e do Jóquei. Assim como foram removidos os casebres improvisados nas ruas Visconde de Albuquerque, Aaulfo de

Paiva e Dias Ferreira para dar lugar a loteamentos urbanos privilegiados pelos interesses mercantis (Pereira da Silva, 2005, p. 81).

A favela como problema?

(...) *Os malandros da favela*
Não têm mais onde morar
Foram uns pra Cascadura
Outros pra Circular
Coitadinhos dos malandros
Em que aperto vão ficar
Com saudades da favela
Todos eles vão chorar.

[DONGA E CASQUINHA. FORAM-SE OS MALANDROS, 1928]

Apesar da sua notória presença nos bairros do centro da cidade, as favelas também se fizeram presentes em distintos lugares. A distribuição geográfica das favelas é um indicador importante que mostra o limitado acesso à habitação por parte significativa da população, assim como a extensão das desigualdades em termos das condições socioeconômicas de apropriação e uso do espaço urbano carioca.

É justamente neste período em que se dá a multiplicação das favelas que o poder público começa a definir seus planos para ordenação da cidade. Para tanto, o governo municipal encomenda ao urbanista francês Alfred Agache, no final dos anos 1920, a elaboração de um projeto de “remodelação, extensão e embelezamento” da capital da República. Embora jamais tenha sido implantado em seus termos mais originais, o Plano Agache possuía como uma de suas principais diretrizes a transferência da população residente nas favelas — e a conseqüente extinção das favelas — que, segundo o urbanista,

desfrutava de uma “liberdade individual ilimitada” e criava sérios problemas tanto “sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética”, portanto deveria ser erradicada para o progresso da cidade. Para Agache, as favelas eram uma espécie de cidade satélite de formação espontânea que se localizava geralmente nos alto dos morros e era composta por uma população avessa às regras de higiene (1930).

O Plano Agache preconizava dividir a cidade de acordo com as funções de cada área: comercial, industrial e residencial. As habitações seriam agrupadas em bairros, cada um com a sua função e de acordo com o poder aquisitivo dos habitantes. A população das favelas e os operários fabris deveriam ser removidos para casas e edifícios coletivos, especialmente instalados próximos às zonas industriais, nos subúrbios. A nova ordenação do território buscava separar as classes sociais e fixava de forma permanente o lugar dos pobres na cidade, assim como buscava “civilizá-lo”, como revela o próprio idealizador do Plano:

À medida que as vilas jardins operárias serão edificadas em obediência aos dados do plano regulador, será conveniente reservar um certo número de habitações simples e econômicas, porém higiênicas e práticas, para a transferência dos habitantes da favela, primeira etapa de uma educação que os há de preparar para uma vida mais confortável e mais normal. (Agache, 1930 *apud* Stuckenbruck, 1996, p. 88)

Configurava-se, portanto, uma ideologia urbana que viria a se tornar dominante na cidade: a favela como um problema a ser resolvido pela intervenção do Estado. As favelas eram tratadas como personagens indesejáveis à cena pública urbana. Além de sua fisionomia ser considerada como uma mácula para a “cidade maravilhosa”, a favela não era considerada uma boa referência para o espírito disciplinado e conformado que se queria para a classe trabalhadora urbana, sobretudo a fabril.



Ilustração do Plano de Alfred Agache (Agache, 1930, p. 160).

As proposições ambiciosas do urbanista francês não chegaram a ganhar concretude na cidade. Reclamava-se dos custos imensos das intervenções previstas (praças monumentais, túneis, avenidas), e a remodelação urbanística da cidade acabou cancelada pela prefeitura¹⁰.

Do mesmo modo, o Código de Obras de 1938 também propunha a eliminação das favelas e ainda sugeria as seguintes soluções: a) o controle da entrada, no Rio de Janeiro, de indivíduos de baixa condição social; b) o retorno de indivíduos de tal condição para os seus estados de origem; c) a fiscalização severa das leis que proíbem a construção e reforma de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo; e) a promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais e incentivar a escolha de melhor moradia (Valla, 1986). Curiosamente, no mesmo período que entra em vigor o Código de Obras, temos a gestão de Pedro Ernesto, prefeito sensível às causas sociais da cidade e que faz questão de assegurar

*image
not
available*

Havia, entretanto, uma disputa urbana imaginária, inaugurada nos anos 1930, que fazia o jogo de oposições da imagem da “cidade maravilhosa” em celebração nas rádios e nas propagandas gráficas e, especialmente, na música popular (sobretudo com a canção de André Filho, gravada por Aurora Miranda), face ao que era tratado como seu contra símbolo: a favela.

Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil
(...)
Berço do samba e de lindas canções
Que vivem n'alma da gente
És o altar dos nossos corações
Que cantam alegremente
Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil
(...)
Jardim florido de amor e saudade
Terra que a todos seduz
Que Deus te cubra de felicidade
Ninho de sonho e de luz
Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil

[CIDADE MARAVILHOSA, DE ANDRÉ FILHO, 1930]

A esfuziante marcha de carnaval gravada por Aurora Miranda, que se tornou um ícone da cidade, encontrava em contraste as imagens construídas em relação às favelas, mesmo as mais generosamente melancólicas, uma vez que também contribuía para reforçar o senso comum em relação ao significado da favela, a exemplo da canção de Herivelto Martins, “Ave-Maria no Morro”, lançada em 1942:

Barracão de zinco
Sem telhado, sem pintura,
Lá no morro
Barracão é bangalô Lá não existe

*image
not
available*

terras e imóveis urbanos que impediam o surgimento de novas favelas. O horizonte ainda aberto para os trabalhadores que não podiam adquirir a sua moradia no mercado formal, privado ou estatal, estava localizado nos bairros do subúrbio.

É neste período que se ampliam as favelas do Jacarezinho, da Penha, do Alemão e da Maré, tendo na abertura da Avenida Brasil, na localização de indústrias na região da Leopoldina e na imigração nordestina os principais elementos definidores da produção das moradas populares na Zona Norte da cidade. Muitos dos moradores das favelas eram empregados em empresas industriais que lá se localizavam, ou em atividades de serviços a elas integrados. Portanto, é um equívoco afirmar que a presença de favelas descaracterizou a pretensa identidade operária do subúrbio. Na verdade, as favelas explicitavam o sentido popular de bairros da Zona Norte carioca e de sua própria composição social.

O Censo de 1948 também informava sobre o crescimento demográfico da cidade, identificado com o forte fluxo de imigração. A população quase duplica em uma década. Em 1940, a população da cidade alcançava 1.764.141; em 1950, chegava a 2.377.451. O Rio de Janeiro era a capital do país, e essa condição trazia elementos práticos e simbólicos. Afinal, morar na capital significava oportunidades de empregos, moradia, educação e, sem dúvida, desfrutar de bens culturais modernos, constituintes de uma vida melhor para muitas famílias oriundas das mais diversas regiões do Brasil.

Habitar na cidade que era a capital federal do país apresentava-se como uma esperança de melhorar a vida. Esta era a busca de imigrantes de diferentes regiões do país. À notória concentração de terras e às relações patronais conservadoras se associou, nos anos 1950, a forte seca na região Nordeste, trazendo homens e mulheres em busca de melhor sorte na capital:

Vim do Norte
O quengo em brasa
Fogo e sonho do sertão
E entrei na Guanabara
Com tremor e emoção

*image
not
available*

vertical vertiginoso, que trouxe consigo inúmeros trabalhadores da construção civil em busca de emprego (muitos deles oriundos da migração nordestina). Eles construíam prédios de luxo sem que pudessem, porém, neles morar, ou sequer entrar, como ilustra o samba “Pedreiro Valdemar”, de Wilson Batista e Roberto Martins, de 1948:

Você conhece o pedreiro Valdemar?
Não conhece?
Mas eu vou lhe apresentar
De madrugada toma o trem na Circular
Faz tanta casa e não tem casa para morar
Leva a marmita embrulhada no jornal
Se tem almoço nem sempre tem jantar
O Valdemar que é mestre no ofício
Constrói um edifício
E depois não pode entrar

O crescimento do mercado imobiliário na cidade contraditava com as demandas de moradias pelos grupos populares. Ou seja, os recortes de classe social e renda econômica operavam decisivamente a oferta de imóveis urbanos, construindo um mercado para classes médias e altas, no limite para trabalhadores inseridos em empregos formais de ocupação e remuneração (funcionários públicos e operários mais especializados). Percebe-se porque os grupos populares precisavam inventar suas existências em territórios onde fosse possível viver com suas condições no espaço urbano. Não ter para si a dura rotina de trabalho e deslocamento de um Valdemar implicava mobilizar esforços imensos para construir para si e suas famílias condições dignas de vida.

Podemos concluir afirmando que a favela emerge na cidade como potência de encontro de gente de diferentes lugares. Gente que namora sonhos. Gente que constrói a vida. Gente que inventa seu presente. Valdemar, Januário, Pedro, Maria, Cediça, Tião, Arminda, Valda, Francisco, Deda, João e muitos outros, tantos outros, fazendo a cidade no seu cotidiano de alegrias e dores.

*image
not
available*

Diante da política de Parques Proletários para a eliminação de favelas foram criadas, em 1945, as primeiras comissões de moradores — inicialmente no Cantagalo e na Babilônia — como forma de opor resistência a um suposto plano da prefeitura de remover todos os moradores para os parques. Em 1943 o samba “Onde é que vais morar?”, de Kid Pepe e Téo Magalhães, apresentava o temor dos moradores quanto às ameaças de remoção para os Parques Proletários:

Onde é que vais acabar
Se a favela se acabar
Onde é que vais morar?
Eu morar
Se na favela tenho um “bungalow”
À tua disposição
Que tem ar refrigerado
Para os dias de verão
(...)
Tenha paciência
E não se canse de esperar
Tudo pode acontecer
Se a favela se acabar.

Por outro lado havia um descrédito profundo dos moradores de favelas já assentados nos Parques Proletários sobre o futuro desta forma de habitação popular em suas vidas, como demonstra a carta publicada no jornal *Diário de Notícias* de 11 de fevereiro de 1953: “Não acreditamos, pois que o governo sem cobrar os ínfimos alugueres possa nos dar um melhor conforto: acreditamos até que isto seja a melhor maneira da extinção dos Parques”.

A desconfiança se tornou realidade com o passar dos anos. A prometida urbanização das favelas em que viviam não foi realizada e as habitações nos Parques se degradaram por falta de cuidado e manutenção da prefeitura. O próprio recenseamento de 1950 do IBGE classificava oficialmente o Parque Proletário da Gávea como mais uma favela da cidade. Ou seja, as famílias abrigadas nas casas provisórias precisaram reinventar suas moradas, reconstruindo suas habitações e empenhando-se na conquista de implantação e/ou regularização,

*image
not
available*

garantir o cumprimento da determinação da Coordenação e do Governo;

10. Dirigir todos os pedidos de assistência médica, hospitalar e educacional para a coordenação. (Leeds e Leeds, 1978, p. 248-9)

Nos anos 1960 são criadas, no âmbito da prefeitura do Distrito Federal, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), para tratar das favelas suscetíveis de urbanização¹⁵, e a Companhia de Habitação da Guanabara (Cohab-GB), para a construção de núcleos habitacionais de interesse social. Estas duas companhias municipais serão encarregadas de operar a remoção de favelas de áreas selecionadas, que seriam destinadas à construção de casas populares que dariam origem aos conjuntos habitacionais nesses mesmos locais.

De modo geral, as ações institucionalizadas (estatais e eclesiásticas) que destacamos tratavam as favelas como meros objetos de intervenção e os favelados como sujeitos passivos diante da realidade em que viviam. As favelas deveriam ser adequadas à ordem urbana vigente ao passar por reformas locais em sua fisionomia e, quanto aos favelados, estes deveriam ser formados para “demandar diretamente” às autoridades, sem vinculações a organizações consideradas perigosas, sobretudo dos partidos de “ideologias comunistas e socialistas”. As favelas apareciam agora como um problema social e, ao mesmo tempo, um território de disputas sobre o sentido do governo da consciência dos favelados, evidentemente subestimando seus moradores como atores de suas próprias vidas.

Na contracorrente dessa “institucionalização tutelada”, os moradores das favelas aprenderam desde cedo a inventar diferentes modos para fazer suas vidas na cidade. A principal delas, é claro, passava pela permanência das favelas diante das ameaças e das ações concretas de despejo de suas moradas. Outra luta comum estava associada à conquista de melhorias urbanas que garantissem as condições de existência comuns a outros bairros da cidade.

Longe de ser gente passiva e conformada, carente e dependente de ajuda de agentes externos e instituições para sair do “círculo vicioso

*image
not
available*

existência digna para os trabalhadores, conforme conclamava seu estatuto de fundação.

É importante perceber que a mobilização dos moradores das favelas a partir da identidade de trabalhador era muito importante no período em que a ideologia trabalhista ainda possuía força para o reconhecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo de direitos, mesmo que fosse sob a tutela do governo de Getúlio Vargas. Com tal disposição identitária, os moradores das favelas poderiam entrar na cena política da cidade e do país em condições menos adversas de enfrentamento das desigualdades impostas pelo mercado e das ações arbitrárias do Estado, principalmente porque a identidade de trabalhador significava uma posição de superação da marcação de carente e, no limite, da criminalização de sua presença na cidade.

Apesar das ligações com organizações particulares a cada favela, a UTF se diferenciava muito das demais associações e entidades construídas pelos moradores, uma vez que possuía como estratégia a mobilização das favelas não somente a partir das reivindicações advindas dos territórios de morada, mas também de uma consciência cidadã e do fazer político de classe. Não se tratava somente de uma “luta de favelados”, mas de trabalhadores urbanos identificados com um projeto democrático e nacional. Reivindicações de postos de saúde, escolas, saneamento, cinema, quadras de esporte, praças e o direito de organizar seu próprio policiamento (com a proibição de intervenção de outra organização policial nas favelas que não seja por flagrante delito ou auxílio solicitado), inclusive o apoio explícito à Reforma Agrária, estavam entre os itens que permitem observar uma agenda de lutas mais abrangente e com projeções de autonomia urbana das favelas.

É evidente que a experiência de lutas sindicais e de organização partidária, sobretudo com a influência do trabalhismo de Vargas, se fez presente na UTF. Todavia, não se deve atribuir a movimentos exógenos às favelas a organização que se fazia presente. Os moradores das favelas eram trabalhadores da cidade, portanto vinculados ao conjunto de ações organizadas com diferentes recortes, sejam estes

*image
not
available*

direção do francês Marcel Camus, em 1959, com o título “Orfeu negro”.

Nas artes plásticas, Hélio Oiticica inventa suas instalações denominadas “Parangolés” na densa e complexa espacialidade da organização das favelas. Os Parangolés são capas, estandartes, bandeiras vestidas ou carregadas pelo participante de um *happening*. As *vestimentas* são feitas com panos coloridos (que podem levar reproduções de palavras e fotos) interligados, revelados apenas quando a pessoa se movimenta. A cor ganha um dinamismo no espaço através da associação com a dança e a música. A obra só existe plenamente, portanto, quando da participação corporal: a estrutura da obra depende da relação corpo e movimento.

É preciso também reportar às obras cinematográficas que, com maior ou menor compromisso com leituras generosas sobre as favelas, também a tomaram como ambiência ou paisagem de seus dramas e tramas. Esses e muitos outros encontros são reveladores da pluralidade e riqueza estética das favelas, contribuindo ora como reforço às representações já dadas ora atuando como contraponto às imagens dominantes no senso comum. Exemplo de obra para o cinema foi a produção “Cinco Vezes Favela”, dirigido por Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman. O filme, única obra cinematográfica do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) que conseguiu ser finalizada, traz a favela para a cena cinematográfica sem os estigmas e preconceitos recorrentes do senso comum imperante na cidade.

*image
not
available*

Em suas telas, Heitor dos Prazeres cria representações contrárias à condição de discriminação e subalternização de homens negros e mulheres negras no processo histórico e geográfico de produção da cidade do Rio de Janeiro. Há, portanto, uma nítida provocação de mudar o cotidiano urbano a partir de sensibilidades e sensações mobilizadas das culturas populares. A obra de Heitor dos Prazeres não é apenas uma paisagem que retrata uma expressão cultural de negros e negras, é uma expressão de reconhecimento da complexidade estética — e da sociabilidade envolvente — das práticas da cultura negra. É a partir de cenas coloridas de momentos de alegria que as favelas emergem para a cidade. O pintor revela potências da criação da favela como contraponto às recrudescidas representações de carência e miséria. Na tela, os negros e negras se fazem presentes na cidade. São pessoas negras bem vestidas, bonitas, ativas, orgulhosas de si e com a dignidade de autores de suas próprias vidas.

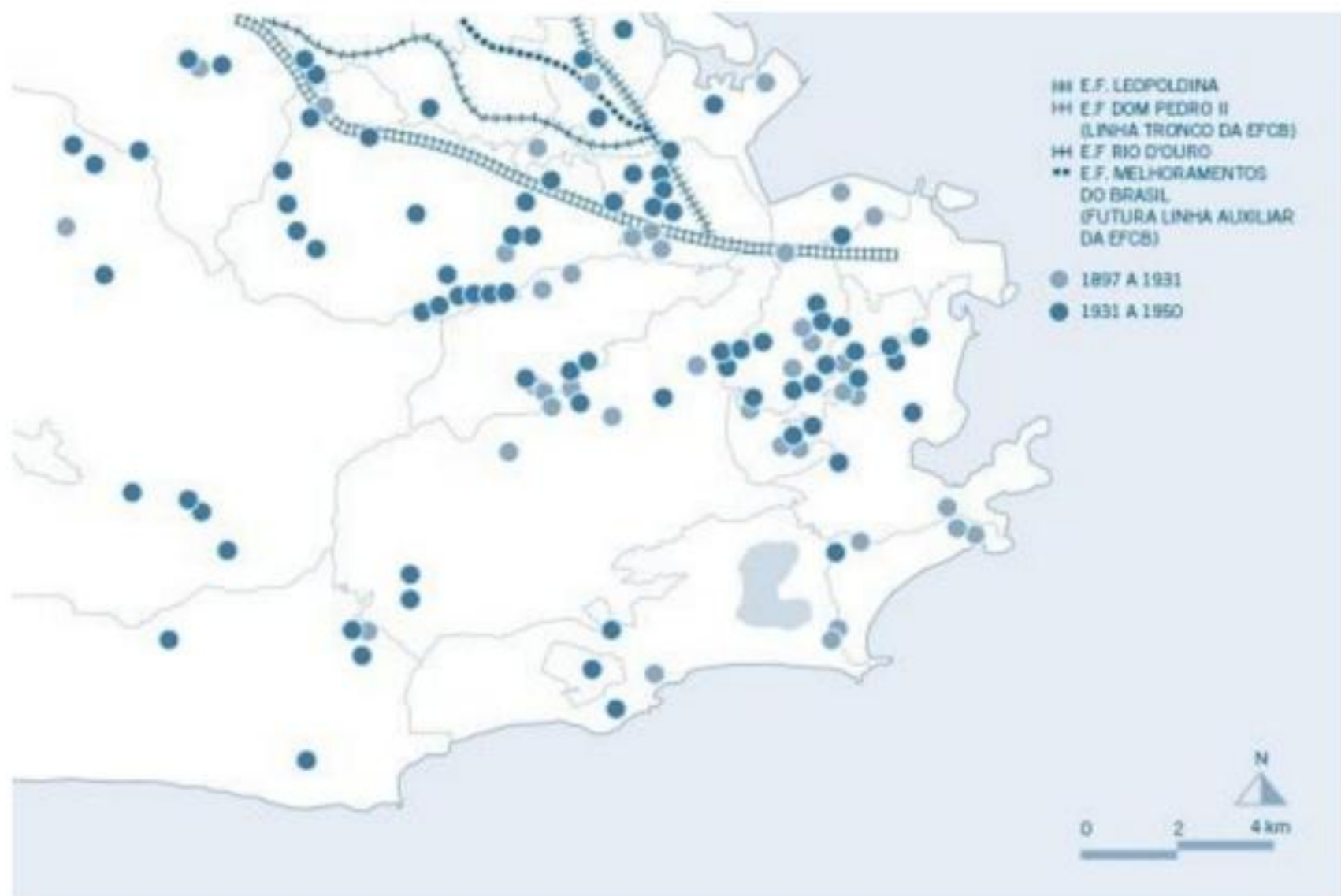
A ditadura tenta, mas não derrota as favelas

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou um novo ciclo de relação do Estado com a favela. Se o chamado populismo tratava as favelas no sentido de reproduzir relações ambíguas do clientelismo, com a ditadura civil-militar é esvaziada a relação dos moradores das favelas, principalmente lideranças políticas e artistas (músicos, pintores e poetas), com o conjunto de ativistas e intelectuais de outros lugares da cidade.

Diante das condições políticas restritivas se fazia necessário inventar formas de representação e ação pública que garantissem a permanência das favelas acompanhadas de qualificação das condições urbanas. As organizações dos moradores no modelo do associativismo comunitário ganharam maior expressão e, apesar do autoritarismo vigente, obtiveram significativas vitórias em termos de demandas de serviços públicos (saneamento básico, postos de saúde, escolas e energia elétrica).

*image
not
available*

MAPA 2: Expansão das favelas – Rio de Janeiro: centro – sul – norte (1951-1970)



No mapa acima, podemos identificar a expansão das favelas e uma concentração delas na Zona Sul, assim como uma forte expansão em direção à Zona Oeste, acompanhando, de forma constante, o movimento de expansão da rede ferroviária e da localização de indústrias.

Na tabela abaixo, buscamos ampliar a compreensão dessa expansão das favelas na cidade no final da década de 1960, com a distribuição por Zonas e Regiões Administrativas.

*image
not
available*

de identidade e pertencimento que sustentam sua vida cotidiana. Portanto, as remoções de favelas não significam simplesmente a imposição de mudanças de locais de moradia de pessoas. São também atos autoritários que provocam o rompimento de enlacs de existências compartilhadas, aprofundam as desigualdades sociais uma vez que privam homens e mulheres de seus abrigos construídos ao longo de suas histórias de trabalho, afeto e de muitas lutas para viver na cidade. Em carta publicada pelo jornal *O Dia* de 15 de setembro de 1969, um morador da Favela da Catacumba exprimia sua indignação:

Não há um único morador da Catacumba que concorde com a possível remoção forçada para a Cidade de Deus ou qualquer outro lugar distante dos locais onde trabalhamos para sustentar nossas famílias... Esta favela pode ser sanada e urbanizada. Não queremos esmolas, caridade ou doações. Com a aprovação dos poderes públicos, construiremos e pagaremos nossas próprias casas.

As remoções empurram centenas de famílias para a periferia da cidade, promovendo uma verdadeira expropriação territorial urbana. Conjuntos como os da Cidade de Deus, de Vila Kennedy, de Vila Aliança e de Vila Esperança foram criados em lugares distantes, demonstrando o conteúdo autoritário e compulsório das remoções para dar lugar aos prédios e condomínios para as classes de média e alta renda²⁰. Acrescente-se, ainda, que os conjuntos habitacionais citados foram edificados sem a devida provisão de serviços básicos de qualidade e de transportes públicos, além da notória desatenção às condições ambientais. Os relatos dos moradores recém-chegados demonstram a absoluta falta de cuidado e de atenção aos direitos fundamentais que presidiu a remoção de cidadãos e cidadãs das favelas para os conjuntos habitacionais:

A recém-criada Vila Kennedy não tinha ainda um sistema de transportes eficiente e tínhamos que conviver com apenas três linhas de ônibus: 394 (Vila Kennedy-Largo de São Francisco) e 810 (Vila Kennedy-Bangu), que eram da extinta CTC, e o 784 (Vila Kennedy-Marechal Hermes), que pertencia à Oriental. Além disso, a iluminação pública era inexistente, as ruas eram de barro e o Rio das Sardinhas era todo coberto de mato nas margens além de pontes medonhas de se atravessar.

identidades entre seus moradores. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano mais local e na sua inserção mais global na cidade, as favelas sempre foram uma expressão de afirmação do direito à permanência dos grupos populares na cidade.

NOTAS

6 Canudos (Bahia) foi um quilombo que reuniu sertanejos em busca de terras, águas e matas livres para uma vida de compartilhamentos coletivos. Essa experiência, entre muitas assemelhadas no país, foi destruída com ações militares do Estado em 1897. Sobre a vinculação do Morro da Favella com os soldados regressados da chamada Guerra de Canudos, ver Everardo Backheuser, “Onde Moram os pobres”, Revista Renascença, 1905.

7 Os zangús eram abrigos que emergiam no emaranhado das ruas, becos e vãos que constituíam a cidade do final do século XIX. Muitos negros libertos e na condição de escravos *ao ganho* precisam fazer o sustento de seus senhores e o seu próprio, incluindo a moradia. Daí, os cortiços, estalagens e casas de cômodo eram as moradas destes homens livres e não livres, assim como os *zangús* encravados no emaranhado de becos e passagens das freguesias centrais. A diferença entre eles é que neste último surgia como um refúgio de práticas religiosas e esconderijo dos que fugiam da polícia senhorial e, ao mesmo tempo, um abrigo para festejos, batuques e celebrações.

8 Com base nas informações do Censo de 1890, estima-se que pelo menos 23% da população da cidade residia em cortiços, estalagens e casas de cômodos. Considerando que a cidade contava, no final do século XIX, com 552.651 habitantes, o número de moradores em habitações populares era perto de 100 mil pessoas.

9 O recorte ideológico de culpabilidade do corpo negro como propagador de moléstias esteve intimamente associado à dissolução do escravismo como relação social na cidade e, de modo menos explícito, na definição do imigrante europeu como agente mais propício ao desenvolvimento do trabalho livre. A desigualdade social e racialmente reproduzida em nossa sociedade não deve ter como referência uma suposta desorganização ou anomia social que viviam os negros e as negras, mas sim o violento processo de expropriação das condições urbanas de existência material e intersubjetiva. Não há dúvida que o liberto defrontou-se com a competição do imigrante face aos postos de trabalho. Porém, se foi uma competição, ela se estabeleceu com limites mais restritivos e condições espoliativas para a participação dos negros no mercado de trabalho urbano.

10 As mudanças provocadas pela “Revolução de 1930”, liderada por Getúlio Vargas, também foram componentes do cancelamento do Plano Agache. Havia outros planos para a capital da República, inclusive de criação de distritos industriais nos subúrbios já em interligação com o centro por meio de ferrovias (D. Pedro II e Leopoldina).

A urbanização veloz e igualmente discricionária colocou a habitação, especialmente dos grupos populares, como uma das questões centrais da sociedade brasileira, porém tratada sem o devido reconhecimento no campo da cidadania. Os investimentos em infraestrutura e serviços urbanos empreendidos pelo Estado foram amplos em espaços de interesse de empresas, indústrias, imobiliárias e bancos, beneficiando diretamente as classes de maior renda e propriedade, em detrimento da maioria dos trabalhadores que se multiplicam em nossas cidades. Nesse quadro, a reiteração de desigualdades implicou o crescimento igualmente assimétrico das condições de urbanidade, deixando grupos sociais com reduzido acesso a direitos fundamentais como habitação e saneamento básico, assim como aos serviços e equipamentos de educação, saúde e cultura.

A modernização urbana em curso não era só seletiva em termos de seus beneficiados e privilegiados pelo Estado, confessando a reprodução do patrimonialismo característico da formação social brasileira, como era também um negócio vinculado à produção de uma nova fisionomia urbana e, sem dúvida, de outro significado para as cidades como espaço de reprodução de riqueza privada.

Tudo isso estava intimamente relacionado aos interesses dos agentes hegemônicos na produção do urbano, e não somente aos descompromissos do Estado com os grupos populares. Podemos afirmar que o capital industrial, associado ao imobiliário e ao bancário, assumiu um papel decisivo na conformação das nossas cidades, pois foram os seus interesses que conduziram a estruturação urbana com a localização e distribuição de empresas, serviços e equipamentos, assim como com a distribuição residencial das classes sociais.

De modo mais particular, a atuação concentradora e especulativa do capital imobiliário, retendo áreas centrais urbanizadas e terras urbanizáveis em compasso de valorização, implicou na constituição de um mercado praticamente inacessível aos assalariados e, no seu limite, empurrou os trabalhadores mais pobres à ocupação de sítios geomorfológicos com fragilidades consideráveis (encostas íngremes, margens de rios, planícies inundáveis, manguezais), de lotes e áreas

verdade é que os territórios dos grupos populares se tornaram referências de lutas, sejam estas mais ruidosas ou mais silenciosas, porém cotidianas e permanentes, pelo direito à cidade.

A expansão das favelas e seu cotidiano de luta pelo direito à cidade

Os estudos do crescimento e da expansão de favelas no Rio de Janeiro devem, necessariamente, ser compreendidos no quadro mais geral e contraditório da urbanização brasileira. Porém, não podemos perder de vista a análise das suas condições específicas, inclusive as de dimensões políticas, econômicas e sociais em interação no território.

De início, para entender as complexas condições de crescimento e expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro, é preciso reportar às mobilizações de permanência das favelas no espaço urbano carioca, sobretudo diante das ameaças e atos recorrentes de despejos e remoções dos anos 1960 e 1970.

Estas lutas heroicas tiveram, em pleno período político da ditadura civil-militar e de governos conservadores na cidade, uma decisiva participação de moradores, organizações locais de favelas, partidos políticos e, sem dúvida, da mobilização ampla liderada pela Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, fundada em 1963, envolvendo diversas organizações representativas de moradores de favelas na defesa de seus territórios na cidade, no período mais agressivo das remoções (1962-1975), quando foram removidas pelo menos 150 mil pessoas.

Ao considerar as lutas pelos direitos à permanência na cidade como decisivas para a expansão e crescimento das favelas, é importante lembramos da emblemática mobilização dos moradores do Vidigal diante das ameaças concretas de remoção com as quais se defrontaram no ano de 1977.

Localizada no Leblon, um dos bairros de maior valorização

no Centro, ganharam crescimento do número de moradores e residências, sobretudo pelo forte adensamento no período que vai de 1970 a 1990. A verticalização das moradias com construção de pavimentos significou uma garantia de abrigo aos membros da própria família, ou mesmo o aumento da renda familiar com aluguéis e vendas de imóveis, inclusive de lajes²⁷. Favelas como as da Rocinha, Vidigal e Santa Marta são exemplares deste movimento de verticalização/densificação das favelas na Zona Sul, enquanto as favelas da Providência e do São Carlos se tornam representativas do mesmo processo no Centro.



A favela da Rocinha, localizada entre os bairros da Gávea e de São Conrado, teve sua área triplicada entre 1999 e 2004, passando de 519 mil m² para 905 mil m² — uma expansão de 74%.

FOTO: FRANCISCO VALDEAN/IMAGENS DO POVO.

Por sua vez, as favelas da Zona Norte e dos subúrbios combinaram o adensamento verticalizado e a expansão sobre os morros e terrenos planos ao seu redor. Podemos falar, então, de um crescimento que combina a densidade e a extensão territorial como forma de consolidação e crescimento, bastante comum às favelas da Maré, do

cotidiano as possibilidades de ocupar a cidade, tornando-se também agentes da produção do espaço urbano e não meras “vítimas” ou “resistentes” diante das imposições do Estado e do mercado.

O crescimento das favelas colocava renovadas reivindicações sociais e exigia outra agenda de governo, em termos da dotação de equipamentos e serviços públicos na cidade, sobretudo uma que atendesse minimamente às condições dignas de vida dos moradores em territórios populares. Como resultante desse movimento de exigências de direitos é instituído, entre 1983 e 1985, o Programa de Favelas da Cedae (à época uma empresa estatal), responsável pela implantação de serviços de água e esgoto em 60 favelas cariocas. Outros órgãos públicos também se fizeram presentes em favelas para atender às legítimas demandas dos seus moradores: como a Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), para atendimento de coleta de lixo; a Light, com o “Programa de Eletrificação de Interesse Social”, ampliando a rede de iluminação e energia para 400 favelas; e a Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação, com o programa “Cada família um lote”.

Embora os serviços implantados não tivessem respondido pela qualidade e efetividade reclamada e merecida pelos cidadãos residentes nas favelas, não se pode negar a sua importância em termos das conquistas populares por uma vida urbana digna especialmente porque contribuíram para o reconhecimento de direitos fundamentais dos moradores de favelas, assim como para a consolidação territorial das mesmas na cidade.

O programa “Favela Bairro” deve ser também considerado como relevante iniciativa governamental no período de crescimento e expansão de favelas, sobretudo porque viria a se constituir na contracorrente das proposições governamentais de remoção de favelas ainda vigentes. Elaborado e executado pelo poder público municipal, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para o período de 1994-2008³⁰, o “Favela Bairro” cumpria um programa de urbanização dedicado a “integrar a favela à cidade formal”, com ações prioritariamente voltadas ao